

Essa é uma das respostas de Williams à sociedade de massa consumidora do pós-Segunda Guerra.

2. “Sob a pele das palavras há cifras e códigos / O sol consola os doentes e não os renova / As coisas. Que tristes são as coisas, consideradas sem ênfase” (Andrade, 1945, p. 13) – a referência a Carlos Drummond de Andrade é por minha conta.

3. A referência a Antonio Candido, Ernst Robert Curtius e Erich Auerbach, mais a citação das noções de “completude” e “totalidade aberta” que aparecem aqui foram apropriadas de Wäizbort (2003, pp. 92-94).

4. Para Maria Elisa Cevasco (2013), buscar estabelecer os nexos existentes entre produção cultural e sociedade é uma operação da chamada crítica cultural materialista, que apresenta várias linhagens dentro do marxismo ocidental.

5. Aproprio-me livremente da noção de “redução estrutural” de Candido (2000).

6. Sobre a comédia *Tu só, tu, puro amor*, ver Machado de Assis (1910), cujo exemplar pertencente à biblioteca do Liceu Literário Português do Rio de Janeiro contém a assinatura do autor. Aliás, vale destacar que o Liceu Literário Português é mais uma instituição regida por emigrantes portugueses, pautados pela filantropia e o positivismo, cujas ações formadoras Machado enalteceu dizendo: “[...] há um arrabalde em Cathargo para uma aula de Athenas” (Assis, 1884).

7. A frase correta de autoria de Machado de Assis é a seguinte: “[...] O que se deve exigir do escritor, antes de tudo, é certo sentimento íntimo, que o torne homem do seu tempo e do seu país, ainda quando trate de assuntos remotos no tempo e no espaço” (Assis, 2008, p. 1205).

Sergio Miceli e Heloisa Pontes (orgs.). *Cultura e sociedade: Brasil e Argentina*. São Paulo, Edusp, 2014. 426 pp.

Sabrina Parracho Sant’Anna
Pesquisadora associada da Universidade Federal do Rio de Janeiro e professora-adjunta da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Publicado em 2014, o livro *Cultura e sociedade: Brasil e Argentina*, organizado por Sergio Miceli e Heloisa Pontes, além de ser importante contribuição à sociologia da cultura, consolida debates recentes em livro na área do pensamento social brasileiro. Tomado em perspectiva ampliada, o pensamento social ganhou mais relevância ao longo das últimas décadas. Quando foi criado, o grupo de trabalho (GT) Pensamento Social no Brasil da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs) incorporou as pesquisas do extinto GT Cultura Brasileira, que existia desde a fundação da Anpocs, e, ao fazê-lo, assumiu tanto pesquisas sobre os fundadores das ciências sociais no Brasil quanto trabalhos sobre as interpretações oriundas das demais áreas de produção de bens de cultura no país. No último encontro do grupo, a definição do objeto dos estudos sobre o tema especifica o âmbito ampliado das pesquisas incluídas pela área. Na definição dos coordenadores de 2014, Alexandre Herculano e Gabriella Nunes Ferreira, “o GT Pensamento Social no Brasil objetiva dar continuidade e aperfeiçoar o conhecimento do processo de formação da sociedade brasileira em suas várias dimensões, com ênfase na produção intelectual e artística a ela relacionada” (Anpocs, 2014).

No entanto, nos últimos anos, a Anpocs, ainda o principal fórum de debate de pesquisadores em ciências sociais, viu multiplicar o número de grupos de trabalho dedicados ao tema¹ e testemunhou o aumento dos objetos de pesquisa inseridos no debate. Se a segmentação das discussões é, contudo,

consequência necessária do crescimento do número de pesquisadores e de sua especialização, a publicação das pesquisas de *Cultura e sociedade: Brasil e Argentina* tem papel relevante tanto na ampliação das discussões por meio do registro escrito quanto na especificidade da produção, que introduz, em sua elaboração, os resultados do projeto temático Formação do Campo Intelectual e da Indústria Cultural no Brasil Contemporâneo (2009-2013). De fato, incluir a produção de onze² pesquisadores em torno de questões compartilhadas é rentável na medida em que associa temas diversos e cria hipóteses comensuráveis que iluminam problemas sob a mesma perspectiva.

A hipótese compartilhada

Um dos principais méritos de *Cultura e sociedade: Brasil e Argentina* é deixar transparecer o esforço coletivo de construção de conhecimento dentro de um mesmo paradigma analítico. As mútuas citações nas referências bibliográficas, um conjunto de referenciais repetidamente compartilhados, e também o expediente de Lília Schwarcz, inserindo os comentários de Sergio Miceli no corpo do próprio texto (pp. 76-77), são reveladores de uma produção que tem a marca do grupo. Grupo que se organiza, de acordo com o prefácio ao livro, pelo objetivo de compreender a consolidação de um campo de produção cultural no Brasil. Segundo os organizadores: “A hipótese-guia remexeu as tratativas de escambo e os terrenos de litígio em meio aos quais operam intelectuais, escritores, artistas e demais profissionais da cultura, expostos às circunstâncias da história nacional e aos condicionantes inerentes às mídias e aos veículos por onde circulam” (p. 11).

De fato, a hipótese testada exhaustivamente nos capítulos que compõem o volume pode ser traduzida no processo de inscrição de diferentes estratégias individuais e/ou coletivas em face do processo de formação de campos relativamente autônomos e da indústria cultural no Brasil. Trata-se de pensar a produção de

bens de cultura dentro de um contexto mais amplo de disputas por posições sociais. Assim, os capítulos – sobre a infância de Lima Barreto (Schwarcz), sobre a obra de Lúcio Cardoso (Arruda), o teatro de Jorge Andrade e Gianfrancesco Guarnieri (Miceli e Pontes), a dramaturgia de Leilah Assumpção e Consuelo de Castro (Pontes), a literatura de Paulo Coelho (Pinheiro Filho), a teledramaturgia de *Malu Mulher* (Almeida) e o *status* cultural do jornalismo (Bergamo) – tratam, guardadas as especificidades que os distinguem, de tomadas de posição diante das contingências e das singularidades do espaço social em que se inscreviam.

Outra hipótese não tão explícita no prefácio é de que esses conjuntos de oportunidades se dariam e se modificariam no interior de processos mais amplos de modernização, ampliação e substituição dos sujeitos em disputa. O capítulo de Marcelo Ridenti, ao abrir o livro, traz o problema à luz de uma mesma chave de reflexão a considerar os processos de urbanização e modernização, questões caras ao fazer sociológico no Brasil. Assim, o capítulo “Caleidoscópio da cultura brasileira”, ao anunciar sua “mirada panorâmica”, tece como pano de fundo dos artigos que a ele se seguirão as mudanças na estrutura da sociedade brasileira e na formação da indústria cultural, a diversificação de atores sociais e a democratização da cultura. O texto decerto ilumina, com o diagnóstico do processo de longa duração, as análises que perpassam pelo livro. Assim, quer se trate de pensar estratégias individuais ou de grupos profissionais, sua leitura certamente remeterá o leitor ao movimento suposto por Ridenti.

Nesse sentido, Lília Schwarcz procura entender os anos de formação de Lima Barreto, sobretudo, a partir das escolhas e dos fracassos de seus pais diante do universo de possibilidades de inclusão social configurado pela abolição da escravidão e pelas classificações raciais que graçavam no Brasil. Já Maria Arminda do Nascimento Arruda retoma a obra poética de Lúcio Cardoso com base nas possibilidades expressivas resultantes das experiências individuais,

do homossexualismo, das relações com editoras, com grupos literários geracionais e com a diversificação conjuntural do processo de modernização que produzira o “crescimento quantitativo e qualitativo dos agentes e das instituições” (p. 145).

Heloisa Pontes e Sergio Miceli, por sua vez, retomam o universo dramaturgico dos anos de 1950 e 1960 para entender como Jorge Andrade e Gianfrancesco Guarnieri, oriundos de origens sociais distintas, converteram a experiência pessoal em objeto cênico, construindo narrativas divergentes capazes de captar com mais ou menos sucesso as mudanças na sociedade que as envolvia. Quatrocentões e imigrantes se contrapunham e testemunhavam “o adeus à civilização do café e a exaltação da sociedade urbano-industrial” (pp. 184 e 188). Assim também, Heloísa Pontes reflete sobre o teatro de São Paulo como laboratório “dos sonhos acalentados pelas camadas médias e pelas elites” (p. 187) e encontra na estreia das peças de Leilah Assumpção e Consuelo de Castro o objeto de investigação de mudanças nas relações de gênero, tanto por meio de uma descontinuidade na “composição social do público” (p. 206) quanto pela inclusão promovida pelos cursos da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL-USP), que possibilitaram às mulheres a criação autoral. O capítulo de Heloísa Buarque de Almeida, do mesmo modo, ao discutir uma pedagogia feminista presente nos episódios de *Malu Mulher*, exibido pela TV Globo no fim da década de 1970, traz à tona a reflexão sobre um público feminino, urbano, e escolarizado que de mais a mais se tornava significativo para o setor comercial da emissora (p. 270). Imagens do feminino ligadas a um “mundo moderno” tornam-se possibilidades disponíveis, na medida em que havia uma mudança na estrutura social do país.

Do mesmo modo, as “mudanças no *status* cultural do jornalismo”, discutidas por Alexandre Bergamo, adviriam dos embates travados no interior do campo em função das pressões da expansão do sistema de ensino superior e da existência de novos mecanismos

de mobilidade social. O aparecimento dos manuais de jornalismo, da distinção entre notícia e reportagem e dos *leads* em detrimento de uma escrita autoral identificada com a crônica, e pejorativamente diagnosticada na carreira como “nariz de cera”, é a marca do estabelecimento de mecanismos de distinção que restringem o direito à autoria e mantêm o *status* profissional dependente da prática na redação do jornal. De forma semelhante, ao tratar da obra de Paulo Coelho, Fernando Pinheiro Filho, discute o projeto desse autor diante das classificações surgidas a partir da ampliação do mercado editorial no Brasil. As listas de *best-seller* e os sistemas de classificação a partir de medições de sucesso comercial, identificado com o entretenimento e com a indústria cultural, são instrumentos de restrição ao mundo da alta literatura e ao sucesso de crítica.

Assim, como procurei argumentar, as primeiras pesquisas presentes no livro, com base nos mais diferentes objetos, parecem verificar exaustivamente a hipótese de que o espaço de produção da cultura no Brasil depende dos litígios e embates de atores sociais envolvidos no processo de formação da indústria cultural, da consolidação do mercado editorial, da ampliação e da diversificação dos agentes inscritos no campo, a partir da urbanização e da consolidação do ensino superior no país. A marca do grupo de pesquisa, impressa nas discussões compartilhadas, é, portanto, fundamental para a possibilidade de expansão das questões e para colocar à prova o paradigma conceitual amparado nas práticas coletivas.

No entanto, o trabalho feito a muitas mãos se revela tanto nas discussões compartilhadas, de fato rentáveis, quanto nas restrições que uma produção coletiva impõe. O que cabe perguntar ao fim da leitura dessa primeira parte é o que há de novo – ou mesmo dissonante – nas pesquisas apresentadas. Há algum tempo, trabalhos sociológicos sobre a produção de cultura no Brasil têm lançado mão do paradigma do campo como espaço de disputas e litígio. Se é verdade que o paradigma teórico-metodológico

lança luz sobre seu objeto, ele também deixa de lado tudo aquilo de que não dá conta. Tanto as diferenças e as especificidades contextuais são por vezes obliteradas, quanto a dimensão de efetiva mudança que a produção de cultura opera na vida social é seguidas vezes esquecida.

Portanto, a segunda parte do livro, dedicada aos três capítulos finais, anunciados pelo texto de Esther Hamburger, seria de extrema importância para sugerir novas frentes de investigação capazes de apontar desdobramentos mais proveitosos ao pensamento social no Brasil.

A comparação e desdobramentos para o pensamento social no Brasil

Desde a fundação da disciplina, a comparação tem sido empregada como método para a construção da pesquisa sociológica. Remetendo apenas aos clássicos da sociologia, a comparação serviu desde sua fundação para criar tipos ideais; distinguir entre normalidades e anomias; entender modos de produção distintos no tempo e afastados no espaço; propor modelos explicativos para a evolução dos sistemas sociais.

Recentemente, mais diagnósticos de processos de mundialização têm afetado também a reflexão sociológica sobre o método e contribuído para a proliferação de pesquisas e teorias com pretensões globais, que vêm ganhando projeção internacional e vêm sendo discutidas no âmbito das reuniões de associações internacionais, como a International Sociological Association (ISA), e de blocos regionais, como a Latin American Studies Association (Lasa).

Embora os esforços de comparação estejam tradicionalmente ligados a áreas como desigualdade e estratificação social, educação e relações raciais, em geral amparados na confecção de instrumentos rigorosos de comparação capazes de permitir a comensurabilidade de diferentes realidades sociais, também do ponto de vista do *pensamento social* pode-se dizer que a comparação é constitutiva da reflexão e do fazer

disciplinar. No entanto, ainda que o método seja há muito empregado, poucas foram as reflexões efetivas sobre seus limites e possibilidades epistemológicas.

Nos últimos anos, contudo, a questão da comparação como tema de discussão vem sendo discutida, ainda que timidamente, entre os pesquisadores da área no Brasil. Na Reunião Brasileira de Sociologia, realizada no Rio de Janeiro em 2009, a mesa-redonda Sociologia das Artes Plásticas: Focos e Enfoques de Abordagens Comparativas, coordenada por Lígia Dabul, discutiu as possibilidades da comparação na sociologia da arte. Também na Anpocs de 2013, o Fórum Caminhos e Perspectivas para a Pesquisa em Pensamento Social promoveu uma mesa especialmente dedicada ao tema do pensamento social em perspectiva comparada. No mesmo ano, em experiência conjunta, o PPGCS-UFRRJ e o Neps-UFF organizaram o I Seminário Internacional sobre o Método Comparativo na Sociologia da Arte e no Pensamento Social, com especial atenção à questão (Brasil e Sant'Anna, 2013).

O tema é, de fato, profícuo e, se já vem sendo explorado em trabalhos individuais, merece sem dúvida espaço para discussão coletiva. Como bem chamou a atenção Ricardo Benzaquen em entrevista a Botelho e Schwarcz (2011), a comparação parece ser uma questão teórica e metodológica relevante para o desenvolvimento da área. Diz ele: “[...] creio que a constituição de uma perspectiva comparada com o pensamento social de outros países, tal como o que já estão correndo – sobretudo – com a Argentina, abre também grandes possibilidades de uma expansão da riqueza e da complexidade intelectual das pesquisas nesta área” (Benzaquen *apud* Botelho e Schwarcz, 2011).

Cultura e Sociedade: Brasil e Argentina vem, portanto, em momento oportuno. Como anuncia o capítulo de Esther Hamburger, em suas anotações para formulação de uma pauta para pesquisas posteriores, as dimensões transnacionais da produção e da recepção de bens de cultura apontam para desdobramentos das pesquisas em execução no país. Ao se

interrogar sobre continuidades e discontinuidades do papel desempenhado pelas novelas em contextos diversos (pp. 310-312), Hamburger expõe questões fundamentais para a compreensão de especificidades nacionais. Quando chama a atenção para possíveis discontinuidades na recepção da programação televisiva brasileira em outros contextos nacionais, a autora nos lembra de que, como adverte Huyssen (2014, p. 21), é preciso “revisitar variedades de modernismo antes excluídas do cânone euro-americano como derivadas e imitativas e, portanto, inautênticas”. Nesse sentido, seria preciso refletir sobre especificidades da modernidade e tomar a comparação efetivamente como controle de paradigmas explicativos. Esforço, diga-se, pouco realizado na obra.

É pena, de fato, que o título do livro seja falsa promessa e que a parte dedicada à Argentina – país que divide o nome da coletânea – se restrinja a três capítulos. Contudo, mesmo que tímido e subtilizado, o esforço é válido. Sergio Miceli, ao enquadrar Brasil e Argentina na categoria de “países ‘novos’ da periferia capitalista”, testa as continuidades entre os dois países, chamando também a atenção para as condições estruturais de emergência de grupos de vanguarda diante de novos campos em gestação. A tarefa é retomada por Miceli no último capítulo do livro, que se debruça sobre a obra de Alfonsina Storni e Horacio Quiroga. Ainda que não se dedique propriamente a comparar contextos nacionais, Miceli mais uma vez inscreve o problema dos dois autores na hipótese da produção construída na relação com o campo em formação. Posto ao lado dos capítulos da primeira parte, o texto contribui para verificar e corroborar a validade do paradigma explicativo.

É, no entanto, o capítulo de Luiz Carlos Jackson e Alejandro Blanco que me parece fundamental para efetivamente lançar nova luz sobre os caminhos específicos que a produção intelectual percorreu no Brasil e na Argentina. Como mostram os autores, a radical ruptura entre o pensamento sociológico e o ensaísmo que acompanhou a narrativa sobre a institu-

cionalização disciplinar no Brasil talvez se deva mais às especificidades das relações estabelecidas pelos grupos envolvidos e à forma de expressão da literatura dos anos de 1920 e 1930 no país que a outros fatores modernizantes tradicionalmente elencados para explicá-la. Nesse sentido, o capítulo reflete de maneira sofisticada sobre seu objeto. Lendo as narrativas a contrapelo e encontrando promissoras hipóteses para análises de questão cara ao pensamento social brasileiro, abre efetivamente, a partir da comparação, novas possibilidades de trabalho e destaca a validade do método para o avanço de pesquisas na área. Nessa medida, se, como queria Popper, a falsificação é realmente o caminho para fazer avançar hipóteses, Jackson e Blanco parecem adotar um rumo promissor ao forçar limites e abrir veredas.

Cultura e sociedade aposta na comparação como abertura a novas possibilidades – sendo, portanto, publicação fundamental para a área –, mas, ao dedicar tão pouco espaço a ela, promove mais a consolidação de debates do que o meio para promissoras frentes de investigação.

Referências bibliográficas

- ANPOCS. (2014), 38º Encontro Nacional da Anpocs – Grupos de trabalho aprovados. Disponível em www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=1192%3Aags-aprovados-&catid=1214%3A38-encontro-anual-da-anpocs&Itemid=456, consultado em 12/1/2015.
- BRASIL JR., Antônio & SANT’ANNA, Sabrina Parracho. (2013), *Caderno de resumos do Seminário Internacional o Método Comparativo na Sociologia da Arte e no Pensamento Social*. Niterói, UFRJ/UFF.
- HUYSSSEN, Andreas. (2014), *Culturas do passado presente*. Rio de Janeiro, Contraponto.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz & BOTELHO, André. (2011), “Simpósio: cinco questões sobre o pensamento social brasileiro”. *Lua Nova*, 82: 139-159.

Notas

1. Se até 2009 o pensamento social no Brasil se restringia a um Grupo de Trabalho, no 38º Encontro da Associação o número de GTs dedicados ao tema chegou a quatro, incluindo o GT Sociologia da Arte, coordenado por Ana Paula Simioni e Edson Farias.

2. O número informado por Heloisa Pontes e Sergio Miceli no prefácio à obra é diferente, provavelmente por computar apenas os pesquisadores inseridos no projeto temático.

